



Material elaborado por @oduconcurseiro

# SIMULADO ZERO TJSC 2026

Técnico Judiciário

## Instruções Oficiais para o Simulado TJSC

O objetivo deste simulado é replicar com exatidão as condições, as pressões e os imprevistos do dia do seu concurso. A partir do momento em que o cronômetro for iniciado, você estará sob as regras da prova. Leia atentamente as orientações abaixo:

### 1. Gestão do Tempo

- **Duração Máxima: 4 horas** é o período total disponível para a realização da prova.
- **Folha de Respostas:** Este tempo de 4 horas já inclui o período necessário para a marcação da folha de respostas da prova objetiva. O cronômetro não será pausado para essa etapa.

### 2. Restrição Rigorosa de Eletrônicos

- **Desconexão Total:** Desligue o seu celular. Ele não deve estar no modo avião ou silencioso, deve estar completamente desligado e guardado fora do seu campo de visão e alcance.
- **Proibições:** É proibido o uso ou a presença na mesa de smartwatches, tablets, computadores ou calculadoras. Para controlar o tempo, utilize apenas um relógio analógico ou deixe um cronômetro na tela do computador bem distante, apenas para visualização das horas.

### 3. Ambiente e Foco

- **Nada de Fones:** É expressamente proibido o uso de fones de ouvido, protetores auriculares ou músicas de concentração (frequências, lo-fi, etc.).
- **Tolerância a Ruídos:** Deixe o som ambiente normal fluir. Ocorrerão ruídos externos, como trânsito, vizinhos conversando, portas batendo ou latidos de cachorro. O local de prova real nunca é perfeitamente silencioso, e você precisa treinar o seu foco para não se abalar com essas distrações.

### 4. Logística Pessoal (Água, Lanche e Banheiro)

- **Preparação Prévia:** Antes de começar a prova, separe e deixe sobre a mesa tudo o que for precisar: canetas (de material transparente), sua garrafa de água (sem rótulo) e um lanche leve.
- **Foco Contínuo:** Não haverá intervalos exclusivos para descanso ou para comer. Você deve se alimentar e beber água enquanto lê as questões, sem interromper o andamento do simulado.
- **Idas ao Banheiro:** Evite levantar-se. Utilize o banheiro apenas se for o mínimo necessário, lembrando que o cronômetro continuará rodando.

### 5. Execução e Mapeamento de Desempenho

Aproveite este simulado como uma ferramenta de diagnóstico. Ao resolver as questões, faça uma análise ativa das alternativas e anote ao lado de cada uma delas (ou da questão em si) o seu nível de segurança. Use as seguintes marcações para guiar a sua correção posterior:

- **Certeza:** Tenho domínio do assunto e sei exatamente por que a opção está certa ou errada.
- **Dúvida:** Conheço o tema, mas fiquei dividido entre as alternativas e não tenho 100% de segurança.
- **Estudei, mas não lembro:** O conteúdo está no meu material, já passei por ele, mas a memória falhou na hora H. Faltou revisão.
- **Não estudei:** Assunto totalmente desconhecido ou que ainda não cheguei no edital. Foi um "chute".

**Lembrete:** O cansaço que você vai sentir durante essas 4 horas faz parte do treinamento. Mantenha a postura, controle a respiração e faça uma excelente prova!

## MÓDULO I — CONHECIMENTOS GERAIS

### Língua Portuguesa (Questões 1 a 10)

1

A frase que apresenta **ambiguidade** em razão de estrutura sintática imprecisa é:

- A) O Técnico Judiciário encaminhou o processo ao juiz e o informou da decisão.
- B) O servidor entregou o mandado ao oficial de justiça antes do prazo.
- C) A certidão foi expedida pelo cartório em tempo hábil.
- D) O réu apresentou defesa escrita ao magistrado responsável pelo processo.
- E) A diligência foi cumprida com êxito pelo oficial designado.

2

Considerando os mecanismos de coesão textual, assinale a alternativa em que o conectivo **NÃO** estabelece relação de **oposição** ou **concessão** entre as orações:

- A) A pena foi aplicada dentro da legalidade; todavia, o réu recorreu da decisão.
- B) Embora a testemunha tenha comparecido, seu depoimento foi inconclusivo.
- C) O servidor foi afastado preventivamente, ainda que não houvesse provas conclusivas.
- D) A citação foi realizada, razão pela qual o prazo para contestação foi aberto.
- E) O prazo decorreu normalmente, no entanto nenhuma manifestação foi apresentada.

3

Assinale a alternativa em que a reescritura da frase abaixo **altera** o sentido original.

"Não é possível concluir o processo sem a juntada dos documentos obrigatórios."

- A) A juntada dos documentos obrigatórios é condição para a conclusão do processo.
- B) Somente com a juntada dos documentos obrigatórios o processo poderá ser concluído.
- C) O processo só poderá ser concluído após a juntada dos documentos obrigatórios.
- D) A conclusão do processo independe da juntada dos documentos obrigatórios.
- E) Para que o processo seja concluído, é necessária a juntada dos documentos obrigatórios.

4

O jurista Rui Barbosa escreveu: "A regra da igualdade não consiste senão em quinhão desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigualem."

A reescritura que **mantém** o sentido original e está **adequada** à norma-padrão é:

- A) A igualdade exige tratamento idêntico para todos, sem qualquer distinção.
- B) Tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na proporção de suas diferenças, é o que a igualdade real impõe.
- C) A igualdade só é alcançada quando se ignora as desigualdades existentes entre as pessoas.
- D) Desigualar os iguais, na medida de suas semelhanças, é o núcleo da igualdade formal.
- E) A igualdade determina tratamento uniforme a todos, independentemente de suas condições individuais.

5

Leia o texto e responda: o que justifica o garoto continuar usando as meias vermelhas?

**Texto — Garoto das Meias Vermelhas (Carlos Heitor Cony, adaptado)**

*Ele era um garoto triste. Todos os outros meninos zombavam dele por causa das suas meias vermelhas. Um dia, cercaram-no e perguntaram por que ele só as usava. Ele explicou: quando fez aniversário, a mãe o levou ao circo e colocou nele aquelas meias. Ele chorou, disse que todos iriam rir. Mas ela disse que tinha um motivo forte: se ele se perdesse, bastaria olhar para o chão e, ao ver um menino de meias vermelhas, saberia ser seu filho. Mais tarde, a mãe abandonou a casa e foi embora. "Por isso eu continuo usando essas meias vermelhas", disse o garoto. "Quando ela passar por mim, em qualquer lugar que eu esteja, ela vai me encontrar e me levará com ela."*

- A) O menino aguarda ser encontrado pela mãe, usando as meias como sinal de identificação.
- B) O menino usa as meias vermelhas como forma de protestar contra os colegas que o zoavam.
- C) As meias representam a vergonha do menino diante dos colegas, mas ele as usa por obrigação.

- D) A mãe abandonou o menino definitivamente, sem intenção de reencontrá-lo.  
E) O menino perdeu a mãe no circo e usa as meias para que ela o encontre no mesmo lugar.

6

"A lei é igual para todos; o que não é igual é o acesso à lei." Esse pensamento critica, principalmente:

- A) a redação técnica das leis, que dificulta a compreensão pela população.  
B) a morosidade do Poder Judiciário no julgamento das demandas.  
C) a desigualdade socioeconômica que impede o pleno exercício dos direitos pelos cidadãos.  
D) a corrupção dos agentes públicos responsáveis pela aplicação da lei.  
E) o excesso de normas que torna o sistema jurídico inacessível a qualquer pessoa.

7

Observe o seguinte enunciado afixado na porta de uma sala de audiências: **"SILÊNCIO — AUDIÊNCIA EM CURSO"**

A finalidade predominante desse texto é:

- A) informar a pauta de audiências do dia às partes interessadas.  
B) agradecer a colaboração dos servidores no cumprimento das normas.  
C) proibir a entrada de qualquer pessoa no prédio do fórum.  
D) solicitar que as pessoas que transitam no corredor mantenham silêncio.  
E) identificar o horário de início e término das sessões de julgamento.

8

"O escrivão tinha uma montanha de processos para analisar antes do fim do expediente."

A linguagem figurada empregada nessa frase é a:

- A) metáfora, pois substitui "quantidade enorme" por "montanha", criando uma identidade entre os termos.  
B) hipérbole, pois exagera a quantidade de processos de forma intencional.  
C) metonímia, pois usa o continente pelo conteúdo.

- D) eufemismo, pois atenua a dificuldade enfrentada pelo servidor.  
E) antítese, pois opõe duas ideias contrárias dentro do mesmo enunciado.

9

Leia os dois parágrafos a seguir:

**Parágrafo 1:** "O processo foi digitalizado. Ele foi arquivado. O advogado o acessou. O acesso foi remoto."

**Parágrafo 2:** "Após a digitalização, o processo foi arquivado eletronicamente, de modo que o advogado pôde acessá-lo remotamente."

Sobre esses parágrafos, é correto afirmar que:

- A) o Parágrafo 1 é mais coeso do que o Parágrafo 2, pois apresenta informações separadas.  
B) o Parágrafo 2 é incoerente, pois mistura diferentes níveis de linguagem.  
C) o Parágrafo 1 apresenta ruptura da coesão textual por ausência de mecanismos de encadeamento entre as orações.  
D) ambos os parágrafos apresentam problemas de concordância verbal.  
E) o Parágrafo 2 altera o sentido do Parágrafo 1 ao usar conectivos de finalidade.

10

No trecho: **"A decisão foi publicada no Diário da Justiça; \*consequentemente\*, o prazo recursal passou a fluir"**, o conectivo destacado expressa uma relação de:

- A) concessão.  
B) oposição.  
C) conclusão.  
D) consequência.  
E) condição.

**Legislação Institucional do PJSC (Questões 11 a 16)**

**11**

A Desembargadora Renata, integrante do Órgão Especial do TJSC, exerceu o cargo de **2ª Vice-Presidente** por um mandato completo de dois anos. Findado o biênio, manifesta interesse em candidatar-se ao cargo de **1º Vice-Presidente** na eleição seguinte. Com base nas normas de elegibilidade previstas no Regimento Interno do TJSC, a pretensão de Renata é:

- A)** vedada, pois o exercício de qualquer cargo de direção por mandato completo impede a candidatura a outro cargo de direção no biênio imediatamente subsequente.
- B)** possível, pois a vedação regimental de recondução aplica-se apenas ao **mesmo** cargo ou função, não impedindo a candidatura a cargo diverso.
- C)** vedada, mas apenas se Renata já tiver exercido dois mandatos consecutivos em cargos de direção distintos.
- D)** possível, desde que haja aprovação prévia pelo Tribunal Pleno por maioria absoluta de seus membros.
- E)** vedada, independentemente do cargo pretendido, pois o afastamento mínimo entre mandatos é de quatro anos.

**12**

Carlos, servidor ocupante de cargo efetivo no TJSC, foi submetido a Processo Administrativo Disciplinar e, ao final, o Corregedor-Geral da Justiça aplicou-lhe a penalidade de **suspensão por 30 dias**. Inconformado, Carlos pretende recorrer da decisão. À luz da **Lei Complementar nº 639/2015** (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina), o recurso administrativo deverá ser interposto:

- A)** perante o Presidente do Tribunal de Justiça, no prazo de 30 dias, a contar da ciência da decisão.
- B)** perante o Órgão Especial do TJSC, no prazo de 15 dias, a contar da publicação da portaria punitiva.
- C)** perante o Conselho da Magistratura, no prazo de 30 dias, por se tratar de penalidade aplicada por magistrado.
- D)** perante o próprio Corregedor-Geral da Justiça, em juízo de retratação, no prazo de 10 dias.

**E)** perante o Tribunal Pleno, no prazo de 15 dias, por se tratar da penalidade mais grave abaixo da demissão.

**13**

O Desembargador Luciano, **membro eleito do Órgão Especial do TJSC**, precisará se afastar de suas funções por **45 dias** para tratamento de saúde. Durante esse período, a distribuição de processos em seu nome deverá ser, e o suplente deverá:

- A)** suspensão; assumir a titularidade integral da vaga eletiva, recebendo novos processos em seu nome pelo período do afastamento.
- B)** suspensão; atuar apenas como vogal nas sessões deliberativas, sem receber novos processos distribuídos.
- C)** mantida normalmente; Luciano acumula o acervo para retomada após o afastamento, sendo o suplente convocado exclusivamente para completar quórum.
- D)** suspensão apenas para tutelas de urgência; o suplente assume os demais feitos de forma plena.
- E)** suspensão; o suplente assume a vaga eletiva, recebe distribuição de processos, e o acervo de Luciano é integralmente redistribuído aos demais membros.

**14**

Fernanda, servidora estável do Poder Judiciário de Santa Catarina, foi condenada em ação de improbidade administrativa por ato culposo que causou dano ao erário, sendo fixada indenização de R\$ 15.000,00. Antes do trânsito em julgado, Fernanda efetuou o ressarcimento integral do valor. Considerando o regime de responsabilidades previsto no **Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina (LC nº 639/2015)**, é correto afirmar que:

- A)** o pagamento espontâneo extingue automaticamente a responsabilidade administrativa, preservando apenas a civil.
- B)** as responsabilidades civil, administrativa e penal do servidor são independentes entre si, de modo que o ressarcimento não afasta a possibilidade de punição disciplinar pelo mesmo fato.

**C)** a responsabilidade administrativa de Fernanda fica extinta pelo ressarcimento, mas permanece a penal, se houver tipificação criminal.

**D)** a comprovação de culpa (sem dolo) impede a instauração de processo administrativo disciplinar, restando apenas a esfera cível.

**E)** o ressarcimento integral antes do trânsito em julgado obriga a autoridade a converter qualquer pena de suspensão em advertência escrita.

**15**

O Ministério Público estadual oferece denúncia, por crime comum, contra o **Prefeito do Município de Florianópolis** e, no mesmo fato, contra o **Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Florianópolis**. Com base nas normas de competência estabelecidas no **Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Santa Catarina (Lei nº 5.624/1979)**, os julgamentos deverão ser realizados, respectivamente:

**A)** Tribunal Pleno do TJSC (para o Prefeito) e Tribunal Pleno do TJSC (para o Presidente da Câmara).

**B)** Órgão Especial do TJSC (para o Prefeito) e Órgão Especial do TJSC (para o Presidente da Câmara).

**C)** Tribunal Pleno do TJSC (para o Prefeito) e Órgão Especial do TJSC (para o Presidente da Câmara).

**D)** Câmaras Criminais Reunidas (para o Prefeito) e Órgão Especial (para o Presidente da Câmara).

**E)** Vara Criminal da Comarca da Capital (para ambos), por se tratar de crimes comuns sem prerrogativa de foro no TJ.

**16**

A Juíza de Direito Ana, titular da Vara da Família da Comarca de Joinville, editou uma **portaria** regulamentando os procedimentos de mediação familiar em sua unidade e a encaminhou ao Diário da Justiça Eletrônico para publicação. Ao tomar ciência do ato, a Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina instaurou procedimento para avaliar sua regularidade. À luz das normas do **Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina (CNCGJ)**, é correto afirmar que:

**A)** a portaria é inválida, pois magistrados de primeiro grau não possuem competência para editar atos normativos de qualquer espécie, sendo tal prerrogativa exclusiva do Presidente do TJSC.

**B)** a portaria é válida desde sua publicação; todavia, deverá ser encaminhada à Corregedoria para conhecimento e eventual averbação nos registros correicionais, sem que isso constitua condição de eficácia do ato.

**C)** a portaria é nula, pois toda regulamentação procedimental interna de uma vara exige prévia autorização do Diretor do Foro da respectiva comarca.

**D)** a portaria só produzirá efeitos após a validação expressa pela Corregedoria-Geral, que pode aprovar, modificar ou revogar o ato.

**E)** a portaria é válida e dispensa qualquer comunicação à Corregedoria, por se tratar de ato de gestão interna de natureza estritamente administrativa.

**Ética e Gestão no Serviço Público (Questões 17 a 20)**

**17**

A **Comissão de Ética e Conduta do PJSC**, instituída pela **Resolução TJ nº 22/2021**, analisou representação contra uma servidora por conduta incompatível com os padrões éticos institucionais. Ao final das apurações, deliberou, por maioria dos membros presentes, pelo arquivamento do processo por ausência de provas. Posteriormente, o Presidente do TJSC questionou a validade da deliberação. À luz da citada Resolução, é correto afirmar que:

**A)** a deliberação é válida, desde que tenha sido alcançado quórum mínimo de presença e o resultado corresponda à maioria dos membros totais da Comissão.

**B)** a deliberação é inválida, pois a Comissão deve decidir por unanimidade em casos de arquivamento, para preservar a reputação do servidor investigado.

**C)** a deliberação pode ser válida, desde que se confirme que a maioria dos presentes equivale à **maioria absoluta** dos membros da Comissão, conforme exige a Resolução.

**D)** a deliberação é válida independentemente do quórum, pois o arquivamento de processo é ato de gestão interna que não exige votação formal.

**E)** a deliberação é inválida, pois compete exclusivamente ao Corregedor-Geral da Justiça arquivar representações por insuficiência de provas.

**18**

O TJSC publicou no Diário da Justiça Eletrônico uma portaria instituindo regime de teletrabalho para servidores administrativos, a qual passou a produzir efeitos imediatamente após a publicação. Paralelamente, a gestão implantou um sistema digital de gestão de prazos, reduzindo em 30% o tempo médio de tramitação dos processos. Sobre a aplicação dos princípios constitucionais da **Publicidade** e da **Eficiência** (art. 37, *caput*, da CF/88) a essa situação, é correto afirmar que:

**A)** a portaria é inválida, pois a publicidade é requisito de validade dos atos administrativos, e não mero requisito de eficácia.

**B)** a portaria é válida e eficaz, pois a publicidade é condição de **eficácia** (produção de efeitos) dos atos administrativos, e não condição de validade.

**C)** o princípio da eficiência impede que recursos públicos sejam investidos em sistemas tecnológicos antes da comprovação de economicidade por auditoria externa.

**D)** a publicidade dos atos administrativos autoriza a inclusão de símbolos pessoais dos gestores na divulgação oficial, desde que em caráter informativo.

**E)** a eficiência administrativa é satisfeita apenas com a redução de custos, sendo irrelevante o tempo de tramitação processual como critério de avaliação.

**19**

O Presidente de um Tribunal de Justiça, logo após tomar posse, nomeou para cargo em comissão de **assessoramento técnico-jurídico** em seu gabinete o seu **genro** (cônjuge de sua filha), profissional com sólida formação em Direito Processual. Meses depois, o mesmo Presidente indicou seu **primo** para exercer o cargo de Secretário de Estado da Administração (cargo político), em virtude de acerto com o Governador

do Estado. Analisando as nomeações à luz da **Súmula Vinculante nº 13 do STF**, é correto afirmar que:

**A)** ambas as nomeações são válidas, pois a notória especialização técnica afasta a caracterização de nepotismo em qualquer hipótese.

**B)** a nomeação do genro configura nepotismo vedado, pois parentes por afinidade até o 3º grau estão incluídos na proibição; a nomeação do primo para cargo político, por regra, não se enquadra na vedação sumulada.

**C)** ambas configuram nepotismo, pois a vedação da Súmula Vinculante nº 13 alcança indistintamente quaisquer cargos em comissão e cargos políticos ocupados por parentes.

**D)** nenhuma das nomeações configura nepotismo, pois o genro não é parente consanguíneo e o primo foi indicado para cargo em esfera diversa (Executivo, não Judiciário).

**E)** apenas a nomeação do primo configura nepotismo cruzado, por envolver ajuste entre esferas de poder, sendo a do genro lícita por se tratar de cargo técnico.

**20**

Rafael, Diretor Administrativo do TJSC, ordenou o pagamento de uma empresa de eventos pelo valor de R\$ 80.000,00 por serviços jamais prestados ao Tribunal, auferindo, em troca, vantagem pessoal de R\$ 20.000,00. Sua subordinada Mariana, ciente da irregularidade, permitiu conscientemente que o pagamento fosse processado sem opor qualquer resistência, sem obter, contudo, qualquer vantagem pessoal. À luz da **Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa)**, é correto afirmar que:

**A)** Rafael praticou ato de **enriquecimento ilícito** (art. 9º); Mariana praticou ato que **causa prejuízo ao erário** (art. 10), respondendo ambos com as sanções correspondentes a cada categoria.

**B)** ambos praticaram ato de enriquecimento ilícito, pois a conduta de Mariana equivale a participação nos lucros obtidos por Rafael.

**C)** Rafael praticou ato de prejuízo ao erário (art. 10); Mariana praticou ato atentatório aos princípios (art. 11), por omissão dolosa.

**D)** apenas Rafael responde por improbidade; Mariana, por não ter auferido vantagem, não pode ser enquadrada como sujeito ativo da LIA.

**E)** ambos praticaram ato atentatório aos princípios da Administração Pública, pois a LIA exige proveito econômico direto para configurar os arts. 9º e 10.

### Noções de Informática e Proteção de Dados (Questões 21 a 25)

**21**

O setor de TI do TJSC precisa implementar uma solução criptográfica para proteger o tráfego interno de grandes volumes de dados entre servidores da rede. O requisito técnico fundamental é a **alta velocidade de processamento**. O administrador de redes definiu que o sistema utilizará **uma única chave compartilhada** entre emissor e receptor, tanto para cifrar quanto para decifrar as mensagens. O modelo que atende a esses requisitos é a criptografia:

- A)** assimétrica (chave pública), pois utiliza par de chaves distintas e garante maior velocidade.
- B)** simétrica, pois opera com uma única chave secreta compartilhada entre as partes, oferecendo alto desempenho.
- C)** de curva elíptica, indicada para grandes volumes de dados em redes corporativas.
- D)** por função *hash*, pois converte os dados em resumo criptográfico de alta performance.
- E)** híbrida, que combina chaves assimétricas para cifragem e simétricas para a troca de chaves.

**22**

Um servidor do TJSC recebeu um e-mail simulando comunicação oficial do setor de TI, solicitando que clicasse em um link para "atualizar suas credenciais de acesso ao sistema processual". Ao acessar o link, o usuário foi redirecionado para uma página falsa idêntica ao portal do TJSC, onde inseriu seu login e senha. As credenciais foram capturadas pelo atacante. O tipo de ataque descrito é conhecido como:

- A)** Ransomware, pois envolve o sequestro de dados mediante exigência de resgate.
- B)** Rootkit, pois o ataque concede acesso privilegiado e persistente ao sistema da vítima.

**C)** Phishing, pois consiste em fraude eletrônica que induz a vítima a fornecer informações confidenciais por meio de mensagem ou página falsa.

**D)** Worm, pois se propaga automaticamente pela rede sem necessidade de interação do usuário.

**E)** Spyware, pois monitora silenciosamente as atividades do usuário sem seu conhecimento.

**23**

Joana, servidora do TJSC, solicita formalmente ao **Encarregado de Proteção de Dados (DPO)** do Tribunal acesso a todos os dados pessoais que a instituição mantém sobre ela, bem como a correção de uma informação cadastral desatualizada. Com base na **Resolução TJ nº 3/2021** do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (Política Geral de Privacidade e Proteção de Dados do PJSC), os direitos de **acesso** e **correção** dos próprios dados pelo titular:

- A)** são previstos na Resolução, mas somente podem ser exercidos após autorização judicial, por se tratar de dados funcionais protegidos por sigilo institucional.
- B)** são garantidos pela Resolução ao titular de dados tratados no âmbito do PJSC, incluindo servidores, podendo ser exercidos mediante requerimento ao DPO.
- C)** são aplicáveis apenas a dados de partes em processos judiciais, excluindo-se os dados funcionais de servidores, que seguem regime estatutário específico.
- D)** estão previstos, mas o PJSC pode recusá-los quando o atendimento implicar ônus desproporcional à instituição, sem necessidade de justificativa formal ao titular.
- E)** aplicam-se apenas a dados coletados após a vigência da LGPD, não alcançando registros anteriores à Lei nº 13.709/2018.

**24**

Pedro, Técnico Judiciário do TJSC, utiliza um computador com **Windows 10** para redigir peças processuais. Ao perceber que sobreescreveu, por engano, um trecho de texto que havia copiado anteriormente, deseja recuperar um item **anterior** do histórico da área de transferência, sem instalar nenhum software adicional. O atalho de teclado nativo do Windows 10 que exibe o histórico da área

de transferência, permitindo selecionar um item copiado anteriormente, é:

- A) WIN + E
- B) WIN + V
- C) WIN + D
- D) WIN + L
- E) CTRL + ALT + V

**25**

O setor de saúde do TJSC iniciou um projeto de análise epidemiológica. Para proteger a identidade dos servidores, substituiu seus nomes e matrículas por códigos alfanuméricos gerados aleatoriamente. A **chave de decodificação**, que permite reverter os códigos aos dados originais, foi armazenada em sistema isolado sob controle restrito da diretoria. Os dados tratados incluem diagnósticos médicos e histórico de tratamentos. Com base na **Resolução TJ nº 3/2021**, esse procedimento e a natureza dos dados configuram, respectivamente:

- A) anonimização e tratamento de dados pessoais comuns, pois a técnica impossibilita a identificação por meios razoáveis.
- B) pseudonimização e tratamento de dados pessoais sensíveis, pois a reversão ainda é possível mediante o uso da chave mantida separadamente, e os dados de saúde são classificados como sensíveis.
- C) bloqueio temporário e tratamento de dados anonimizados, pois o acesso à identidade real foi suspenso durante o projeto.
- D) anonimização e tratamento de dados biométricos, pois os diagnósticos médicos integram a categoria de biometria segundo a Resolução.
- E) pseudonimização e tratamento de dados pessoais comuns, pois dados médicos só são sensíveis quando vinculados a tratamento discriminatório.

**Direitos Humanos e Acesso à Justiça (Questões 26 a 30)**

**26**

O Estado Beta reduziu drasticamente os repasses ao programa de habitação popular, alegando necessidade de austeridade fiscal. Um grupo de cidadãos ajuizou ação alegando que a medida

viola direitos fundamentais conquistados ao longo do século XX, os quais exigem do Estado **prestações positivas** na área social e econômica. Esses direitos pertencem à chamada:

- A) Primeira Dimensão, que impõe ao Estado abstenção de interferir na esfera individual de liberdade dos cidadãos.
- B) Segunda Dimensão, que abrange os direitos sociais, econômicos e culturais, exigindo do Estado condutas ativas para promover igualdade material.
- C) Terceira Dimensão, que tutela interesses difusos e coletivos, como o direito ao desenvolvimento e ao meio ambiente equilibrado.
- D) Quarta Dimensão, relacionada à bioética, engenharia genética e democracia participativa digital.
- E) Primeira Dimensão, pois o direito à moradia é uma liberdade individual oponível ao Estado.

**27**

O Brasil aderiu a um tratado internacional sobre direitos das pessoas com deficiência, aprovado pelo Congresso Nacional em **cada Casa, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros**. De acordo com o sistema hierárquico estabelecido pelo **§ 3º do art. 5º da Constituição Federal de 1988**, esse tratado possui status de:

- A) norma supralegal, por versar sobre direitos humanos, situando-se acima das leis mas abaixo da Constituição.
- B) lei ordinária federal, pois a aprovação por três quintos satisfaz apenas o quórum do rito ordinário.
- C) emenda constitucional, sendo equivalente, para todos os efeitos, às normas da Constituição Federal.
- D) norma constitucional originária, pois tratados de DH são incorporados automaticamente como cláusula pétrea.
- E) decreto legislativo, com hierarquia equivalente às leis complementares federais.

**28**

Um Estado-Membro da Organização dos Estados Americanos (OEA), que havia abolido a pena de morte décadas antes, pretende reintroduzi-la por emenda constitucional para crimes de terrorismo,

alegando razões de segurança pública. À luz da **Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica)**, essa medida:

- A)** é permitida, pois a soberania estatal autoriza cada país a definir sua política criminal, inclusive a pena de morte, sem restrições internacionais.
- B)** é vedada, pois os Estados que aboliram a pena de morte **não podem** reestabelecê-la, sendo essa proibição cláusula irreversível da Convenção.
- C)** é permitida, desde que se limite aos crimes hediondos e seja aprovada por referendo popular.
- D)** é vedada apenas para crimes políticos, sendo livre para crimes comuns de especial gravidade.
- E)** é permitida se o Estado denunciar previamente a Convenção Americana com antecedência mínima de dois anos.

**29**

O TJSC promoveu a reforma das dependências de um dos seus fóruns. Foram instalados **avisos sonoros nos semáforos** das vias de acesso ao edifício e os **balcões de atendimento foram rebaixados** para facilitar o acesso de usuários em cadeiras de rodas. De acordo com as definições da **Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**, as barreiras superadas por cada uma dessas medidas são, respectivamente:

- A)** barreiras urbanísticas e barreiras arquitetônicas.
- B)** barreiras nas comunicações e informações e barreiras arquitetônicas.
- C)** barreiras tecnológicas e barreiras atitudinais.
- D)** barreiras arquitetônicas e barreiras nas comunicações e informações.
- E)** barreiras urbanísticas e barreiras tecnológicas.

**30**

Augusto, homem transexual, requer em cartório a alteração de seu **prenome** e de seu **marcador de gênero** no assento de nascimento para adequá-los à sua identidade de gênero, sem ter realizado procedimento cirúrgico de redesignação sexual. O tabelião nega o pedido, exigindo laudo médico e cirurgia prévia. Com base no entendimento firmado pelo **Supremo Tribunal Federal (ADI 4275/DF)**, a conduta do tabelião é:

- A)** correta, pois a imutabilidade do registro civil exige comprovação objetiva da identidade de gênero por meio de laudo médico especializado.
- B)** incorreta, pois o STF reconheceu o direito à alteração do nome e do gênero no registro civil por mera autodeclaração, independentemente de cirurgia, laudos médicos ou psicológicos.
- C)** correta, mas a exigência de cirurgia pode ser substituída por comprovação de tratamento hormonal por período mínimo de dois anos.
- D)** incorreta, mas a alteração deve ser precedida de autorização judicial em ação declaratória, sendo vedado o procedimento extrajudicial.
- E)** correta, pois a identidade de gênero somente produz efeitos civis após reconhecimento judicial ou perícia pelo CRM.

## MÓDULO II — CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Noções de Direito Administrativo (Questões 31 a 40)

31

O TJSC decidiu criar, **dentro de sua própria estrutura**, um novo setor denominado "Núcleo de Atendimento Integrado ao Jurisdicionado", redistribuindo servidores e atribuições de unidades já existentes para a nova célula, sem constituir nova pessoa jurídica. À luz das noções de organização administrativa, essa medida configura:

- A) descentralização por colaboração, pois envolve a transferência de atividade-fim a um particular.
- B) desconcentração administrativa, que consiste na distribuição interna de competências dentro da mesma pessoa jurídica, sem criação de nova entidade.
- C) descentralização por outorga, pois exige lei específica para transferência da titularidade do serviço público.
- D) descentralização territorial, característica de entidades autárquicas com base geográfica definida.
- E) delegação de competência a órgão subordinado, que equivale à extinção da hierarquia interna do Tribunal.

32

O novo Presidente do TJSC determinou que todos os materiais de comunicação institucional do Tribunal — cartazes, banners e relatórios anuais — passassem a trazer, em destaque, a frase "**Gestão [nome do Presidente]: Justiça mais rápida e acessível**", sob o argumento de que a população precisa identificar o responsável pelas melhorias. Essa conduta viola primordialmente o princípio constitucional da:

- A) legalidade, pois não existe lei que autorize a utilização do nome do gestor em materiais institucionais do Poder Judiciário.
- B) publicidade, pois a divulgação de atos administrativos deve restringir-se ao Diário da Justiça Eletrônico.
- C) impessoalidade, pois caracteriza promoção pessoal do agente público às custas do Estado, vedada pelo art. 37, § 1º, da CF/88.

D) eficiência, pois o gasto com materiais de comunicação personalizada desvia recursos do aperfeiçoamento dos serviços judiciais.

E) moralidade, pois o uso de slogan pessoal em período não eleitoral viola a boa-fé objetiva que deve nortear os atos públicos.

33

O TJSC aplicou **multa contratual** de R\$ 50.000,00 a uma empresa de limpeza por reiterado descumprimento do contrato. A empresa não realizou o pagamento voluntário. A Administração pretende, **sem intervenção judicial**, descontar o valor diretamente da garantia contratual prestada pela empresa. Sobre os atributos dos atos administrativos, é correto afirmar que:

- A) a multa é dotada de autoexecutoriedade, autorizando o desconto direto da garantia pela Administração, independentemente de processo judicial.
- B) a multa possui exigibilidade (coercibilidade indireta), mas a execução forçada de seu valor depende obrigatoriamente de via judicial.
- C) a imperatividade do ato administrativo confere à Administração o poder de penhorar bens da empresa diretamente, sem qualquer processo.
- D) a presunção de legitimidade da multa é relativa, cabendo à Administração provar o inadimplemento antes de qualquer medida executória.
- E) a autoexecutoriedade é atributo exclusivo de atos discricionários, sendo inaplicável a multas contratuais, que são atos vinculados.

34

Lucas, servidor efetivo e estável do TJSC, foi aposentado compulsoriamente por invalidez permanente após laudo de junta médica oficial. Dois anos depois, nova perícia médica concluiu que Lucas havia **recuperado sua capacidade laborativa** para o exercício de suas funções originais. Nessa hipótese, considerando o regime estatutário aplicável, é correto afirmar que:

- A) Lucas poderá retornar imediatamente ao serviço ativo, pois a aposentadoria por invalidez é revogável, sendo-lhe assegurado o retorno ao cargo anteriormente ocupado.

**B)** Lucas não poderá retornar ao cargo, pois a aposentadoria por invalidez é ato jurídico perfeito e definitivo, insusceptível de revisão posterior.

**C)** Lucas retornará ao serviço ativo, mas em cargo de atribuições compatíveis com sua capacidade, pois a reintegração ao cargo original exige aprovação em novo concurso público.

**D)** Lucas poderá retornar ao serviço mediante readaptação em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis, caso não haja vaga no cargo original, mantendo-se o pagamento dos proventos de aposentadoria até que ocorra a readaptação.

**E)** Lucas não tem direito ao retorno ao serviço ativo, pois a recuperação da capacidade após a aposentadoria por invalidez não está prevista no ordenamento estatutário.

### 35

O TJSC necessita contratar empresa para fornecimento contínuo de **materiais de expediente** (papel, canetas, grampeadores) de padrões técnicos comuns, amplamente disponíveis no mercado. O valor estimado da contratação é de R\$ 300.000,00. Considerando as modalidades de licitação previstas na **Lei nº 14.133/2021**, a modalidade **adequada** para essa contratação é:

**A)** Concurso, por se tratar de contratação de serviço de natureza intelectual e criativa.

**B)** Diálogo Competitivo, por ser a modalidade mais eficiente para bens padronizados de alto volume.

**C)** Leilão, visando a obtenção da maior oferta pelo fornecimento do serviço.

**D)** Pregão, pois é a modalidade obrigatória para aquisição de **bens e serviços comuns**, independentemente do valor estimado.

**E)** Concorrência, por ser a modalidade adequada para contratos acima de R\$ 100.000,00 na administração direta.

### 36

O Presidente do TJSC editou **portaria delegando ao Diretor-Geral da Secretaria** a competência para homologar resultados de processos seletivos internos de servidores. Três meses depois, um candidato preterido questionou a validade de um ato de homologação praticado pelo Diretor-Geral, alegando incompetência. À luz das regras sobre

**delegação de competência**, é correto afirmar que:

**A)** a delegação é inválida, pois competências conferidas a autoridade específica pelo regimento interno são indelegáveis em qualquer hipótese.

**B)** o ato de homologação é válido; a delegação de competência é admitida e o ato praticado pelo delegatário produz efeitos jurídicos plenos.

**C)** a delegação é válida, mas os atos praticados pelo delegatário precisam ser ratificados pelo delegante para produzirem efeitos.

**D)** a delegação é inválida, pois somente lei formal pode criar, modificar ou extinguir competências de autoridades administrativas.

**E)** o ato de homologação é inválido, pois a delegação via portaria inferior à resolução carece de fundamento normativo suficiente.

### 37

Um motorista oficial do TJSC, conduzindo viatura de serviço durante expediente, avançou sinal vermelho e colidiu com um veículo particular, causando danos materiais e lesões corporais ao condutor. O Estado de Santa Catarina foi condenado a indenizar a vítima. Posteriormente, buscou o ressarcimento regressivo contra o motorista. À luz da **teoria do risco administrativo** e da **responsabilidade civil do Estado**, é correto afirmar que:

**A)** o Estado responde objetivamente perante a vítima, sendo suficiente a comprovação do dano e do nexo causal; já a ação regressiva contra o servidor exige prova de **dolo ou culpa** deste.

**B)** o Estado responde subjetivamente, pois a culpa do motorista precisa ser comprovada pela vítima para a obtenção da indenização.

**C)** o Estado responde objetivamente, mas a ação regressiva contra o servidor é automática, independentemente de prova de culpa ou dolo.

**D)** o Estado não responde, pois a causa exclusiva do dano foi a culpa do servidor, que rompe o nexo causal necessário à responsabilização estatal.

**E)** o servidor responde diretamente perante a vítima, e o Estado responde apenas subsidiariamente, após o esgotamento do patrimônio do agente.

**38**

Durante a execução de um contrato de obras de reforma de um fórum, o TJSC constatou que a empresa contratada estava substituindo, sem autorização, materiais especificados em projeto por outros de qualidade técnica inferior. O fiscal do contrato notificou a empresa para que corrigisse a irregularidade no prazo de 72 horas; a empresa ficou-se inerte. Com base na **Lei nº 14.133/2021**, a Administração pode, no exercício de suas prerrogativas contratuais:

- A)** apenas acionar o Tribunal de Contas para lavrar auto de infração, pois a intervenção direta na execução contratual viola o princípio da livre concorrência.
- B)** rescindir unilateralmente o contrato por inexecução parcial, aplicar sanções previstas no instrumento convocatório e exigir o ressarcimento dos prejuízos.
- C)** aplicar sanções apenas após decisão judicial transitada em julgado, em respeito ao devido processo legal contratual.
- D)** exigir a substituição dos materiais, mas somente após notificação por três vezes consecutivas e realização de audiência de conciliação prévia.
- E)** suspender os pagamentos, mas está proibida de rescindir o contrato unilateralmente, pois tal prerrogativa viola o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.

**39**

Ana, Técnica Judiciária do TJSC, foi contratada por uma empresa privada para, valendo-se de sua posição no Tribunal e de informações sigilosas a que teve acesso em razão do cargo, indicar as chances de êxito de determinadas ações judiciais. Em troca, recebeu pagamento mensal por um ano. À luz da **Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa)**, a conduta de Ana configura ato de improbidade:

- A)** que causa prejuízo ao erário (art. 10), pois o repasse de informações sigilosas causa dano patrimonial indireto à Administração.
- B)** de enriquecimento ilícito (art. 9º), pois Ana auferiu vantagem patrimonial indevida em razão do exercício do cargo público.
- C)** atentatório aos princípios da Administração (art. 11), pois a conduta viola apenas deveres

funcionais, sem geração de vantagem econômica apurável.

- D)** inexistente, pois a LIA não alcança condutas praticadas fora do horário de expediente e sem uso de recursos públicos.
- E)** que causa prejuízo ao erário qualificado (art. 10-A), pois envolve conluio entre agente público e particular.

**40**

O Estado de Santa Catarina criou, mediante **lei específica**, uma entidade para gerir o plano de saúde dos servidores do Poder Judiciário, dotada de **personalidade jurídica própria, patrimônio próprio e autonomia administrativa**, sem fins lucrativos, integrante da Administração Indireta, com regime de pessoal **estatutário** e sujeita a controle pelo Tribunal de Contas. Essa entidade é classificada como:

- A)** empresa pública, pois possui personalidade jurídica própria e atua no campo das atividades sociais do Estado.
- B)** autarquia, pois é pessoa jurídica de direito público criada por lei, com autonomia administrativa e regime estatutário.
- C)** fundação pública de direito privado, pois atua na área social sem fins lucrativos e é integrante da Administração Indireta.
- D)** sociedade de economia mista, pois o Estado participa de seu capital com recursos públicos.
- E)** órgão autônomo, pois não possui personalidade jurídica própria e está hierarquicamente vinculado à Presidência do TJSC.

#### **Noções de Direito Constitucional (Questões 41 a 48)**

**41**

Uma associação nacional de servidores do Poder Judiciário impetrou **Mandado de Segurança** diretamente no **Superior Tribunal de Justiça (STJ)**, visando a anulação de ato do Presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que teria violado direito líquido e certo de seus associados. Considerando a competência originária do STJ prevista no **art. 105, I, da Constituição Federal de 1988**, o STJ é competente para julgar:

**A)** mandados de segurança contra atos de ministros de Estado, membros do CNJ e do CNMP, dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal.

**B)** qualquer mandado de segurança impetrado por entidades de classe, independentemente da autoridade coatora.

**C)** mandados de segurança apenas contra atos de membros do próprio STJ, por força do princípio da autocontenção.

**D)** mandados de segurança contra atos de governadores de Estado e Senadores da República.

**E)** mandados de segurança em segunda instância, como instância revisora das decisões dos Tribunais de Justiça estaduais.

#### 42

Mariana, servidora do TJSC, impugna judicialmente ato administrativo do **Tribunal Pleno do TJSC** que a removeu de ofício para comarca distante, alegando ofensa a direito adquirido. O controle jurisdicional sobre esse ato do TJSC será realizado:

**A)** pelo próprio TJSC, em sua Câmara de Direito Público, por ser o órgão competente para controlar atos administrativos estaduais.

**B)** pelo Superior Tribunal de Justiça, em razão de competência originária para conhecer de ações contra tribunais estaduais.

**C)** pelo Supremo Tribunal Federal, por se tratar de ato de tribunal que pode envolver questão constitucional.

**D)** pela Vara da Fazenda Pública do domicílio da servidora, por ser ação que envolve o Estado de Santa Catarina.

**E)** pelo Conselho Nacional de Justiça, por meio de procedimento de controle administrativo.

#### 43

Após um movimento revolucionário, um novo grupo assumiu o poder e outorgou uma nova Constituição cujo conteúdo limitava-se a **concentrar todos os poderes na cúpula governamental** e a suprimir garantias individuais. A doutrina constitucionalista classifica essa espécie de constituição, quanto à **correspondência com a realidade**, como:

**A)** Constituição normativa, pois, embora autoritária, regula efetivamente a vida política do Estado.

**B)** Constituição semântica, pois serve apenas para formalizar e perpetuar o poder político dos detentores do controle estatal, sem limitá-lo.

**C)** Constituição nominal, pois possui força normativa, mas é sistematicamente desrespeitada pelo governo na prática.

**D)** Constituição sintética, pois contém apenas as normas essenciais à organização do Estado, sem excesso de detalhamento.

**E)** Constituição flexível, pois pode ser modificada pelo mesmo processo das leis ordinárias.

#### 44

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada pelo Senado Federal para investigar contratos suspeitos firmados por autarquias federais determinou a quebra do sigilo bancário de um investigado e expediu mandado de prisão preventiva contra ele. Considerando os poderes das CPIs à luz da **Constituição Federal de 1988**, é correto afirmar que:

**A)** ambas as medidas são válidas, pois as CPIs têm poderes equivalentes aos de autoridade judicial.

**B)** a quebra de sigilo bancário é válida, pois as CPIs têm poderes de investigação próprios de autoridades judiciais; já a expedição de mandado de prisão preventiva **não é permitida** às CPIs.

**C)** nenhuma das medidas é válida, pois as CPIs só podem expedir intimações para oitiva de testemunhas, sem qualquer poder coercitivo.

**D)** a expedição do mandado de prisão é válida, mas a quebra de sigilo bancário exige autorização do Supremo Tribunal Federal.

**E)** ambas as medidas são inválidas, pois as CPIs têm competência limitada ao âmbito estadual do respectivo ente federativo que as instaurou.

#### 45

Nair, servidora pública ocupante de cargo efetivo de **Técnica Judiciária** no TJSC, candidatou-se e foi eleita **Vereadora** no município onde reside, para um mandato de 4 anos. Considerando o disposto no **art. 38 da Constituição Federal de 1988**, Nair deverá:

**A)** ser exonerada do cargo efetivo, pois a posse em mandato eletivo implica renúncia ao vínculo estatutário anterior.

**B)** optar por uma das remunerações; se o subsídio de vereador for maior, perde o direito à remuneração do cargo efetivo.

**C)** ser afastada do cargo efetivo para o exercício do mandato, podendo optar pela remuneração do cargo ou pelo subsídio do mandato, sendo-lhe assegurado o retorno após o término do mandato.

**D)** acumular o cargo efetivo com o mandato eletivo, pois a CF/88 permite a acumulação de cargo público com mandato de vereador desde que haja compatibilidade de horários.

**E)** ser necessariamente exonerada do cargo, pois a eleição para mandato eletivo em qualquer esfera extingue o vínculo com o serviço público estatutário.

#### 46

Paulo, empresário, foi **condenado criminalmente por peculato** em acórdão proferido por Tribunal de Justiça Estadual, com trânsito em julgado. Pretende candidatar-se ao cargo de Prefeito nas eleições municipais seguintes. À luz da **Lei Complementar nº 135/2010 (Lei da Ficha Limpa)**, Paulo:

**A)** pode candidatar-se normalmente, pois a inelegibilidade por condenação criminal aplica-se somente a agentes públicos, não a particulares.

**B)** é inelegível, pois a Lei da Ficha Limpa prevê inelegibilidade para condenados por crimes dolosos — como o peculato — em acórdão proferido por órgão colegiado.

**C)** pode candidatar-se, pois a inelegibilidade decorrente de condenação criminal exige, além do trânsito em julgado, o cumprimento integral da pena.

**D)** é inelegível apenas para cargos do Poder Executivo, podendo disputar cargos legislativos sem restrição.

**E)** pode candidatar-se, pois a inelegibilidade da Lei da Ficha Limpa aplica-se apenas a cargos para os quais o condenado já tenha sido eleito anteriormente.

#### 47

Em 2019, Lucas praticou atos de **discriminação racial** em ambiente de trabalho. Somente em 2026 — sete anos depois —, as vítimas formalizaram representação criminal. A defesa de Lucas requer o reconhecimento da prescrição, alegando que o prazo prescricional para o crime já teria se esgotado. Com base no **art. 5º, inciso XLII, da Constituição Federal de 1988**, o juiz deverá:

**A)** acolher a prescrição, pois a Constituição garante apenas que o crime de racismo seja inafiançável, sem afastar as regras ordinárias de prescrição.

**B)** rejeitar a prescrição, pois a Constituição Federal declara expressamente que a prática de racismo constitui crime **inafiançável e imprescritível**, sujeito à pena de reclusão.

**C)** acolher a prescrição em relação aos crimes de menor potencial ofensivo, mantendo a imprescritibilidade apenas para os crimes hediondos de racismo.

**D)** rejeitar a prescrição, mas somente porque o crime foi praticado em ambiente de trabalho, circunstância que duplica o prazo prescricional.

**E)** suspender o processo para verificar se o crime se enquadra como tortura, que também é imprescritível, antes de decidir sobre a prescrição.

#### 48

Carlos nasceu em território estrangeiro. Seu pai, Antônio, é **brasileiro naturalizado**; sua mãe, Elena, é **cidadã estrangeira sem vínculo com o Brasil**. Carlos não foi registrado em repartição consular brasileira. Considerando o **art. 12 da Constituição Federal de 1988**, Carlos é:

**A)** brasileiro nato, pois nasceu de pai brasileiro, independentemente do local de nascimento ou registro consular.

**B)** estrangeiro, pois a condição de brasileiro nato por descendência exige que pelo menos um dos genitores seja **brasileiro nato** (não naturalizado), salvo as exceções constitucionais.

**C)** brasileiro naturalizado, pois pode requerer a naturalização em razão da descendência paterna brasileira.

**D)** brasileiro nato, desde que venha a residir no Brasil e opte pela nacionalidade brasileira na forma da lei.

**E)** apátrida, pois não possui vínculo de nacionalidade com o Brasil nem com o país de nascimento de seu pai.

### Noções de Direito Civil (Questões 49 a 54)

**49**

O Estado de Santa Catarina editou a **Lei nº X**, que aumentou o prazo para propositura de ação de prestação de contas por servidores de 2 para 5 anos. A lei foi publicada em 1º de janeiro de 2026, com vigência imediata. Caio, servidor, praticou ato sujeito à prestação de contas em 15 de dezembro de 2025. O prazo prescricional relativo ao ato de Caio era, sob a lei anterior, de 2 anos (com término em 15 de dezembro de 2027). À luz dos princípios que regem o **conflito de leis no tempo** (LINDB), é correto afirmar que:

**A)** a lei nova aplica-se imediatamente ao prazo de Caio, estendendo-o para 5 anos a partir da data do ato.

**B)** a lei nova pode retroagir para alcançar prazos em curso, desde que favorável ao devedor da prestação de contas.

**C)** a lei nova não retroage para prejudicar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, devendo o prazo de Caio ser calculado pela lei anterior.

**D)** a lei nova retroage automaticamente para todos os atos praticados antes de sua vigência, por se tratar de norma de ordem pública.

**E)** o conflito de leis deve ser resolvido pelo Poder Judiciário em cada caso concreto, sem regra geral aplicável.

**50**

Marcos, com **16 anos de idade**, foi emancipado pelos pais mediante instrumento público. Após a emancipação, Marcos celebrou, por conta própria, contrato de compra e venda de um imóvel pelo valor de R\$ 200.000,00 e passou a residir sozinho na cidade de Joinville, longe dos pais. De acordo com o **Código Civil (Lei nº 10.406/2002)**, é correto afirmar que:

**A)** Marcos não pode praticar atos civis de forma independente, pois a emancipação por instrumento

público somente produz efeitos após homologação judicial.

**B)** Marcos é plenamente capaz para os atos da vida civil desde a emancipação, podendo celebrar contratos sem a assistência dos pais.

**C)** Marcos pode celebrar contratos, mas somente se o valor não superar 10 salários mínimos, limite estabelecido para emancipados menores de 18 anos.

**D)** o contrato de compra e venda é anulável, pois a emancipação não confere plena capacidade para negócios imobiliários antes dos 18 anos.

**E)** o domicílio de Marcos permanece sendo o dos pais, independentemente da emancipação, até que complete 18 anos.

**51**

Maria, mãe de um filho menor gravemente enfermo, firmou contrato com um médico particular, pagando R\$ 30.000,00 para que este realizasse cirurgia urgente — único procedimento capaz de salvar a vida da criança —, embora o valor fosse abusivo e ela soubesse que, em situação normal, jamais aceitaria tal condição. Posteriormente, Maria pretende anular o contrato alegando vício do consentimento. À luz do **Código Civil**, o fundamento para eventual anulação é:

**A)** dolo, pois o médico induziu Maria em erro sobre as condições do tratamento.

**B)** erro substancial, pois Maria agiu por engano sobre a natureza do negócio celebrado.

**C)** estado de perigo, pois Maria assumiu obrigação excessivamente onerosa para salvar a vida de seu filho, explorando situação de necessidade.

**D)** lesão, pois o contrato resultou em manifesta desproporção entre as prestações, em detrimento de Maria.

**E)** coação moral irresistível, pois o médico ameaçou não realizar a cirurgia caso o pagamento não fosse efetuado.

**52**

A **Empresa "Alfa Logística S.A."**, com **sede estatutária em São Paulo (SP)**, possui filial em **Florianópolis (SC)** que é responsável exclusivamente pela gestão dos contratos firmados com o TJSC no Estado de Santa Catarina. O TJSC deseja ajuizar ação de cobrança por

inadimplemento contratual praticado pela filial. De acordo com o **Código Civil (art. 75, IV)**, o domicílio da pessoa jurídica "Alfa Logística S.A." para fins dessa ação é:

- A)** exclusivamente São Paulo, por ser a sede estatutária da empresa.
- B)** exclusivamente Florianópolis, pois é onde se encontra o estabelecimento responsável pelo ato que deu origem à obrigação.
- C)** tanto São Paulo quanto Florianópolis, à escolha do TJSC, pois os atos da filial obrigam a empresa em qualquer foro onde ela operar.
- D)** o foro de Brasília, por ser o domicílio necessário de pessoas jurídicas que contratam com o Poder Público.
- E)** qualquer comarca do Estado de Santa Catarina, pois o TJSC goza de prerrogativa de foro estadual.

**53**

Lucas celebrou contrato de **doação** de um imóvel com Júlia, inserindo a seguinte cláusula: *"os efeitos desta doação ficam suspensos até que Júlia conclua a graduação em Direito"*. Dois anos depois de celebrado o contrato, antes de Júlia concluir o curso, Lucas faleceu. Considerando as regras do **Código Civil sobre condição suspensiva**, é correto afirmar que:

- A)** a doação é ineficaz, pois a condição suspensiva transforma o negócio em promessa de doação, que não se transmite aos herdeiros.
- B)** a condição suspensiva impede a aquisição do direito por Júlia enquanto não implementada; com a morte de Lucas, o negócio permanece pendente e os efeitos poderão se implementar se a condição for satisfeita, pois o direito condicional integrava o patrimônio de Lucas e se transmite aos herdeiros.
- C)** a morte de Lucas extingue automaticamente a obrigação, pois a doação é contrato personalíssimo que não se transmite causa mortis.
- D)** a condição suspensiva converte-se em condição resolutiva com a morte do doador, permitindo que Júlia adquira o imóvel imediatamente.
- E)** o negócio é nulo, pois a condição que depende de fato futuro e incerto é incompatível com o contrato de doação, que exige entrega imediata da coisa.

**54**

O TJSC implementou a digitalização de seu acervo processual histórico, substituindo documentos físicos por arquivos eletrônicos autenticados. Um advogado questiona se os documentos digitalizados possuem o mesmo valor probatório dos originais físicos. De acordo com a **Lei nº 12.682/2012** (que dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos), é correto afirmar que:

- A)** os documentos digitalizados nunca têm o mesmo valor probatório dos originais, devendo os físicos ser preservados indefinidamente.
- B)** os documentos digitalizados com o emprego de certificação digital têm o mesmo valor jurídico e probatório dos documentos originais, podendo os físicos ser descartados após o procedimento.
- C)** os documentos digitalizados têm valor apenas para consulta interna, não podendo ser utilizados como prova em processos judiciais.
- D)** a digitalização de documentos públicos é vedada pela Lei nº 12.682/2012, que se aplica exclusivamente ao setor privado.
- E)** os documentos digitalizados somente têm valor probatório se o original físico também permanecer arquivado pelo prazo mínimo de 20 anos.

#### Noções de Direito Processual Civil (Questões 55 a 64)

**55**

A empresa **"Beta Importações Ltda."** foi condenada em ação de cobrança, mas não possui bens suficientes para satisfazer o crédito. O credor, João, suspeita que o sócio majoritário, Rodrigo, utilizou a pessoa jurídica para desviar bens em fraude a credores. João pretende desconsiderar a personalidade jurídica da empresa para atingir o patrimônio pessoal de Rodrigo. Para isso, à luz do **Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015)**, João deverá:

- A)** ajuizar nova ação autônoma contra Rodrigo, pois a desconsideração da personalidade jurídica exige processo de conhecimento próprio.
- B)** requerer a instauração do **Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica** nos próprios autos da execução, com a citação de Rodrigo para se manifestar.

**C)** peticionar nos próprios autos, requerendo a penhora de bens de Rodrigo sem necessidade de qualquer procedimento incidental, pois a execução permite tal medida sumariamente.

**D)** apresentar simples petição ao juiz da execução, que poderá determinar a constrição dos bens de Rodrigo de ofício, independentemente de requerimento das partes.

**E)** impetrar mandado de segurança para garantir o acesso aos bens de Rodrigo, pois a desconsideração da personalidade jurídica não tem previsão no CPC/2015.

**56**

O Oficial de Justiça Carlos foi incumbido de citar Mário em sua residência. Compareceu ao endereço em **duas ocasiões distintas**, em dias e horários diferentes, e em ambas não encontrou Mário em casa, sendo informado por vizinhos de que ele estava evitando ser citado. Carlos suspeita que Mário está **se ocultando para evitar a citação**. Nessa hipótese, o procedimento correto a ser adotado por Carlos, à luz do **CPC/2015 (arts. 252 a 254)**, é:

**A)** devolver o mandado ao juízo informando a impossibilidade de citação, para que seja determinada a citação por edital.

**B)** realizar a citação por hora certa, comparecendo ao endereço uma terceira vez e, se Mário não for encontrado, intimar qualquer pessoa da família ou vizinho, afixando nota no local.

**C)** realizar a citação por edital imediatamente, certificando a ocultação nos autos.

**D)** solicitar ao juízo autorização para arrombar a porta e realizar a citação pessoalmente.

**E)** aguardar prazo de 30 dias e tentar nova tentativa de citação pessoal antes de adotar qualquer medida alternativa.

**57**

Ao analisar a petição inicial de uma ação de **reparação de danos morais**, o magistrado verificou que o autor descreveu detalhadamente os fatos que teriam gerado o dano (o *factum*), mas deixou de indicar por qual fundamento jurídico (qual dispositivo legal ou princípio) o réu deveria ser responsabilizado. Considerando os **elementos**

**da ação** previstos no CPC/2015, o que está ausente na petição é:

**A)** o pedido imediato (providência jurisdicional pleiteada).

**B)** a legitimidade ativa do autor.

**C)** a causa de pedir **remota** (fatos constitutivos do direito) — os fatos estão presentes, mas falta a causa de pedir **próxima** (fundamento jurídico).

**D)** o interesse de agir, pois sem fundamento jurídico o autor não demonstra necessidade da tutela.

**E)** a possibilidade jurídica do pedido, elemento que depende da indicação do direito material aplicável.

**58**

Após encerrada a fase instrutória de uma ação de cobrança, o magistrado verificou, de ofício, que o contrato discutido era nulo por vício formal não arguido pelas partes. Sem intimar as partes para se manifestar sobre a questão, proferiu sentença declarando a **nulidade do contrato** e julgando improcedente o pedido. À luz do **art. 10 do CPC/2015** (vedação à decisão surpresa), a sentença é:

**A)** válida, pois o magistrado pode declarar de ofício a nulidade absoluta de contratos em qualquer momento do processo.

**B)** nula, pois o CPC/2015 veda expressamente que o juiz, mesmo em questões conhecíveis de ofício, profira decisão com base em fundamento sobre o qual as partes não tenham tido oportunidade de se manifestar.

**C)** válida, em razão do princípio da economia processual e da celeridade, que autorizam o magistrado a decidir sem manifestação prévia das partes em nulidades flagrantes.

**D)** anulável, mas apenas se o autor demonstrar prejuízo econômico concreto decorrente da decisão surpresa.

**E)** inexistente, pois a ausência de contraditório prévio configura falta de pressuposto processual de existência.

**59**

A característica da jurisdição que determina que o **magistrado não pode condenar o réu a pagar valor superior ao que foi pedido pelo autor**,

mesmo que entenda que o dano sofrido seja maior, denomina-se:

- A)** Inércia (ne procedat iudex ex officio).
- B)** Substitutividade, pois o juiz substitui a vontade das partes.
- C)** Inevitabilidade, pois as partes não podem esquivar-se da jurisdição estatal.
- D)** Adstrição ou congruência, pois o juiz está adstrito aos limites do pedido formulado pelo autor.
- E)** Definitividade, que confere imutabilidade às decisões jurisdicionais transitadas em julgado.

**60**

Bernardo, advogado, solicitou ao Escrivão da 3ª Vara Cível de Joinville a expedição de **certidão do inteiro teor** de um processo em que seu cliente é parte. O Escrivão recusou o pedido, afirmando que a certidão somente poderia ser expedida após despacho judicial autorizando-a. À luz do **CPC/2015 e das atribuições do Escrivão/Diretor de Secretaria (art. 152)**, a conduta do Escrivão está:

- A)** correta, pois toda certidão judicial depende de despacho judicial prévio para ser expedida.
- B)** incorreta, pois cabe ao Escrivão, independentemente de despacho, fornecer certidões sobre atos e termos do processo às partes e a seus procuradores.
- C)** correta, pois a expedição de certidões de inteiro teor exige autorização do Presidente do Tribunal.
- D)** incorreta, mas somente se o processo tramitar em segredo de justiça, hipótese em que a certidão é livre.
- E)** correta, pois a certidão de processo só pode ser expedida pelo Escrivão após manifestação do Ministério Público nos autos.

**61**

João ajuizou ação de **rescisão contratual fundada em direito obrigacional** contra a empresa "**Gama Construções S.A.**", que possui **sede estatutária em Florianópolis (SC)**, filial em **Lages (SC)** — responsável pela celebração e execução do contrato objeto da demanda — e filial em **Joinville (SC)**. Considerando as regras de **competência territorial relativa** previstas no **CPC/2015 (art. 53, III)**, João poderá ajuizar a ação no foro:

- A)** exclusivamente em Florianópolis, por ser a sede estatutária da empresa.
- B)** em Florianópolis (sede) ou Lages (onde a obrigação deve ser cumprida/foi celebrada), à sua escolha.
- C)** em qualquer das três comarcas (Florianópolis, Lages ou Joinville), à sua livre escolha.
- D)** exclusivamente em Lages, pois é o local onde a obrigação foi constituída e deve ser cumprida.
- E)** no domicílio de João (autor), por ser o polo vulnerável da relação obrigacional.

**62**

O Poder Judiciário de Portugal solicita ao TJSC a colheita de depoimento de uma testemunha residente em Blumenau (SC) para instrução de processo civil português — **sem necessidade de cumprimento de medida coercitiva ou execução de decisão**. Considerando as formas de cooperação jurídica internacional previstas no **CPC/2015 (arts. 26 a 41)**, essa medida deverá tramitar como:

- A)** carta rogatória, com necessidade de exequatur do STJ para produzir efeitos no Brasil.
- B)** auxílio direto, pois se trata de medida de cooperação que não envolve ato jurisdicional executivo complexo e não exige juízo de deliberação.
- C)** extradição instrutória, por envolver a transferência de pessoa para prestar depoimento em país estrangeiro.
- D)** homologação de sentença estrangeira, por se tratar de ato jurisdicional proveniente de país estrangeiro.
- E)** carta de ordem, modalidade utilizada exclusivamente para comunicação entre tribunais brasileiros de diferentes hierarquias.

**63**

Uma ação de **guarda de menor** tramitava na **1ª Vara de Família de Blumenau**. No curso do processo, lei estadual de organização judiciária criou a **2ª Vara de Família de Blumenau**, especializando-a exclusivamente para ações de guarda de menores com início após a lei. O juízo da 1ª Vara deu prosseguimento à ação como se nada houvesse ocorrido. À luz da regra da **perpetuatio jurisdictionis** prevista no **art. 43 do CPC/2015**, a conduta do juízo é:

**A)** incorreta, pois a especialização de vara por lei posterior cria competência absoluta, que deve ser aplicada imediatamente a todos os processos em andamento.

**B)** correta, pois a competência determina-se no momento do registro ou distribuição da ação, sendo irrelevantes modificações do estado de fato ou de direito supervenientes, salvo exceções legais.

**C)** incorreta, pois a criação de vara especializada configura modificação do estado de fato que autoriza a redistribuição imediata pela prevenção.

**D)** correta, mas apenas enquanto o processo estiver na fase instrutória; após a sentença, a lei nova deve ser aplicada para o julgamento pelo recurso.

**E)** incorreta, pois a perpetuatio jurisdictionis aplica-se apenas à competência territorial, não à competência em razão da matéria.

#### 64

Ao analisar os autos de uma execução, o magistrado verificou que um dos litisconsortes passivos necessários **foi citado de forma irregular** — o Oficial de Justiça certificou que o réu estava presente, mas havia apenas um familiar em casa, sem que o procedimento de citação por hora certa tivesse sido adotado. Considerando os **princípios que regem as nulidades processuais** no CPC/2015, o magistrado deve:

**A)** extinguir o processo de imediato por falta de pressuposto processual de validade.

**B)** reconhecer a nulidade da citação irregular e determinar a renovação da citação desse litisconsorte, sob pena de nulidade dos atos posteriores que o prejudiquem.

**C)** desconsiderar a irregularidade, pois o réu que comparece espontaneamente sana qualquer vício de citação.

**D)** anular o processo desde o início, pois a citação irregular de litisconsorte necessário nulifica todos os atos processuais.

**E)** intimar o réu para confirmar se recebeu, de fato, ciência do processo; se confirmar, a citação irregular é automaticamente convalidada.

#### Noções de Direito Penal (Questões 65 a 70)

##### 65

Adão, com **uma única ação**, arremessou uma pedra em direção a um grupo de pessoas, atingindo simultaneamente **três vítimas**, causando lesões corporais leves em cada uma delas. O agente agiu com desígnios iguais (mesma intenção em relação a todas as vítimas). À luz do **Código Penal (art. 70)**, a espécie de concurso configurada e a forma de aplicação da pena são:

**A)** concurso material, com as penas aplicadas cumulativamente.

**B)** concurso formal próprio (ideal), com a pena mais grave aplicada aumentada de um sexto até a metade.

**C)** concurso formal impróprio (imperfeito), com as penas aplicadas cumulativamente por ser doloso com desígnios autônomos.

**D)** crime continuado, com a pena de um só dos crimes aumentada de um sexto a dois terços.

**E)** crime progressivo, com a pena do crime mais grave absorvendo a dos demais.

##### 66

Em 2020, Caio praticou furto simples. O CP vigente na época previa pena de reclusão de 1 a 4 anos. Em 2025, nova lei reduziu a pena do furto simples para detenção de 6 meses a 2 anos. O processo de Caio ainda não havia transitado em julgado quando a lei nova entrou em vigor. Com base no **princípio da retroatividade benéfica da lei penal (art. 5º, XL, CF/88)**, é correto afirmar que:

**A)** a lei nova não retroage, pois a regra é a irretroatividade da lei penal, aplicável inclusive às leis mais benéficas.

**B)** a lei nova retroage para beneficiar Caio, devendo ser aplicada pelo juiz de imediato, mesmo antes do trânsito em julgado.

**C)** a lei nova retroage apenas se Caio expressamente requerer sua aplicação em petição dirigida ao juiz.

**D)** a lei nova retroage somente após o trânsito em julgado, sendo aplicada pelo juízo da execução.

**E)** a lei nova retroage para Caio, mas somente em relação ao regime inicial de cumprimento da pena, mantendo-se a pena de reclusão.

67

João e Caio estavam em uma embarcação que naufragou. Ambos não sabiam nadar e chegaram a uma tábua que somente poderia sustentar um deles. João empurrou Caio para a água para não afundar, causando a morte de Caio. À luz das **excludentes de ilicitude previstas no Código Penal**, a conduta de João:

- A) é justificada por legítima defesa, pois João repeliu agressão injusta atual de Caio.
- B) pode ser justificada por **estado de necessidade**, pois João sacrificou bem jurídico alheio para salvar direito próprio, em situação em que não era razoável exigir-lhe conduta diversa.
- C) não encontra justificante, pois o estado de necessidade não é admitido quando o bem sacrificado (vida) é equivalente ao bem salvo.
- D) é justificada por exercício regular de direito, pois o instinto de sobrevivência é direito natural reconhecido pelo ordenamento.
- E) configura crime doloso consumado, sem qualquer excludente, pois João agiu com vontade livre e consciente de causar a morte de Caio.

68

Caio, em via pública, abordou Maria e, **simulando portar arma de fogo sob a camisa** (simulacro), exigiu que ela transferisse imediatamente dinheiro pelo celular para sua conta, sob a ameaça: "**Faça a transferência agora ou vai se arrepender**". Maria, acreditando estar diante de uma arma real, fez a transferência. Após a prisão de Caio, perícia constatou que não havia arma alguma. O crime praticado por Caio é:

- A) roubo majorado pelo emprego de arma de fogo, mesmo sendo simulacro.
- B) extorsão, consumada no momento em que Maria fez a transferência mediante grave ameaça, independentemente da existência de arma real.
- C) roubo simples, pela subtração mediante grave ameaça sem emprego de arma.
- D) estelionato, pois Maria foi induzida em erro quanto à existência real da arma.
- E) constrangimento ilegal, por se tratar de ameaça não acompanhada de efetiva violência ou arma.

69

Jorge praticou crime de **lesão corporal leve** contra Caio. O crime é de **ação penal pública condicionada à representação**. Caio faleceu por causas naturais **antes de apresentar representação e dentro do prazo decadencial**. Com base no **Código de Processo Penal e no Código Penal**, a legitimidade para oferecer representação:

- A) extingue-se com a morte da vítima, pois a representação é ato personalíssimo e intransferível.
- B) transfere-se ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão de Caio, pelo prazo remanescente do período decadencial.
- C) passa ao Ministério Público, que poderá oferecer a ação penal independentemente de representação, por se tratar de crime com vítima falecida.
- D) passa exclusivamente aos descendentes de Caio, excluindo cônjuge e irmãos.
- E) extingue-se com a morte da vítima, sendo arquivados os autos pelo juiz de ofício.

70

Matheus, servidor público estadual no **Estado Alfa**, abandonou **dolosamente** seu cargo pelo prazo de **42 dias consecutivos**, sem qualquer justificativa, ausentando-se de suas funções. No 43º dia, retornou espontaneamente. O Ministério Público denunciou Matheus pelo crime de **abandono de função (art. 323 do Código Penal)**. O crime de abandono de função de Matheus configura-se na modalidade:

- A) simples, sem causa de aumento de pena, pois o retorno voluntário mitiga a gravidade da conduta.
- B) simples, sem causa de aumento de pena, pois o abandono por 42 dias, embora configure o tipo, não alcança o patamar que autoriza o aumento.
- C) qualificada, com incidência de causa de aumento de pena, em razão do período superior a 30 dias e da natureza das funções abandonadas.
- D) tentada, pois Matheus retornou voluntariamente antes de ser afastado compulsoriamente.
- E) privilegiada, pois o retorno espontâneo antes de qualquer ato administrativo é circunstância que reduz obrigatoriamente a pena.

## Noções de Direito Processual Penal (Questões 71 a 80)

71

O Delegado de Polícia, durante a investigação de um crime de **homicídio qualificado** (crime hediondo), representou pela **prisão temporária** do suspeito Lucas, alegando que sua presença era indispensável para as investigações. O juiz, ao analisar o pedido, verificou que, além dos requisitos da temporária, estava presente o **periculum libertatis** (risco de fuga e ameaça a testemunhas). Considerando a **Lei nº 7.960/1989** e o **CPP**, é correto afirmar que:

- A)** o juiz deve decretar somente a prisão temporária, que é suficiente para atender ao periculum libertatis.
- B)** a prisão temporária e a prisão preventiva são mutuamente excludentes; o juiz deve optar por uma ou outra.
- C)** o juiz pode decretar a prisão temporária pelo prazo de **30 dias, prorrogável por igual período**, por se tratar de crime hediondo, independentemente da necessidade de preventiva.
- D)** o juiz somente pode decretar prisão preventiva, pois a prisão temporária não é cabível em crimes hediondos.
- E)** a prisão temporária no caso de crime hediondo tem prazo máximo de 5 dias, improrrogável.

72

Rafael foi preso em flagrante por crime de estelionato. A autoridade policial lavrou o auto de prisão em flagrante e encaminhou ao juiz, que converteu a prisão em flagrante em **prisão preventiva**. O advogado de Rafael pretende impugnar a decisão de decretação da preventiva. O instrumento processual adequado é o **habeas corpus**, que deverá ser impetrado:

- A)** perante o próprio juiz que decretou a preventiva, em juízo de retratação, no prazo de 5 dias.
- B)** perante o Tribunal de Justiça do Estado, pois a prisão preventiva decretada por juiz de primeiro grau é impugnada via habeas corpus no tribunal ad quem.
- C)** perante o STJ, pois todo habeas corpus em matéria criminal deve ser apreciado pela instância superior federal.

**D)** perante o STF, pois se trata de garantia fundamental prevista no art. 5º da CF/88, de competência exclusiva da Suprema Corte.

**E)** perante o CNJ, que possui competência correicional para rever decisões de magistrados de primeiro grau que violem direitos fundamentais.

73

O Ministério Público requereu a decretação de medidas cautelares contra Marcos, investigado por crime de corrupção passiva. O juiz, entendendo que a prisão preventiva era desproporcional, decretou, cumulativamente: (i) **comparecimento periódico em juízo** e (ii) **proibição de ausentar-se do País**, com entrega do passaporte. Com base no **art. 319 do CPP (medidas cautelares diversas da prisão)**, as medidas decretadas pelo juiz são:

- A)** ilegais, pois as medidas do art. 319 são taxativas e a cumulação é vedada pelo CPP.
- B)** legais, pois o art. 319 do CPP prevê expressamente a possibilidade de cumulação de medidas cautelares diversas da prisão, que devem ser adequadas e proporcionais ao caso.
- C)** ilegais, pois a proibição de ausentar-se do País somente pode ser decretada pelo STJ, em razão de sua natureza excepcional.
- D)** legais somente se o crime investigado for hediondo ou equiparado, pois as cautelares do art. 319 são restritas a delitos de alta gravidade.
- E)** ilegais, pois o comparecimento periódico e a proibição de ausentar-se são medidas mutuamente excludentes no sistema do CPP.

74

Júlia, vítima de ameaça (crime de **ação penal pública condicionada à representação**), compareceu à Delegacia e relatou detalhadamente os fatos ao Delegado, narrando quem era o autor e como os fatos ocorreram, sendo o Boletim de Ocorrência lavrado. Meses depois, a defesa do autor alegou **decadência**, sustentando que o B.O. não equivale à representação formal. O juiz deverá:

- A)** acolher a decadência, pois a representação exige termo formal e solene lavrado em cartório.
- B)** rejeitar a alegação de decadência, pois o Boletim de Ocorrência que narra os fatos e

identifica o autor de forma clara manifesta a vontade inequívoca de representar, sendo desnecessária solenidade especial.

**C)** acolher a decadência, pois a representação deve ser feita diretamente ao Ministério Público, não à Polícia.

**D)** suspender o processo para que Júlia ratifique formalmente a representação perante o Ministério Público.

**E)** acolher a decadência, pois ameaça é crime de ação penal privada, para o qual a decadência do direito de queixa é de 6 meses.

**75**

Em ação penal por crime de peculato, o Ministério Público, em **alegações finais**, pediu a **absolvição** do réu por entender que as provas eram insuficientes para a condenação. O juiz, após análise cuidadosa dos autos, entendeu que a prova colhida era robusta e suficiente para a condenação e proferiu **sentença condenatória**. À luz do **CPP e do sistema acusatório**, essa decisão é:

**A)** nula, pois no sistema acusatório o juiz não pode condenar quando o titular da ação penal pede a absolvição.

**B)** válida, pois o juiz detém **livre convencimento motivado** e não está vinculado ao pedido do Ministério Público, podendo divergir fundamentadamente de sua manifestação final.

**C)** nula, pois a manifestação do MP pela absolvição equivale à desistência da ação penal.

**D)** válida, mas a pena deve ser fixada no mínimo legal, em respeito ao princípio da proporcionalidade quando há pedido de absolvição.

**E)** válida apenas se houver assistente de acusação nos autos que tenha requerido a condenação.

**76**

Policiais civis, imediatamente após receberem comunicação de roubo a uma farmácia, encontraram Lucas a 500 metros do local, portando os pertences roubados e a arma utilizada no crime, tendo as vítimas confirmado que ele era o autor. Lucas foi preso pelos policiais. Considerando as modalidades de flagrante previstas no **CPP**, a prisão de Lucas configura flagrante:

**A)** próprio, pois Lucas foi encontrado cometendo a infração no momento do fato.

**B)** impróprio (quase-flagrante), pois foi encontrado em perseguição imediatamente após o crime.

**C)** presumido (ficto), pois foi encontrado logo depois do crime com os instrumentos e objetos que fazem presumir ser ele o autor.

**D)** diferido (retardado ou controlado), modalidade aplicável a crimes praticados em concurso.

**E)** esperado, pois os policiais foram previamente alertados sobre o crime antes de efetuarem a prisão.

**77**

Diego foi denunciado por tráfico de drogas. **Não foi encontrado** para citação pessoal, sendo determinada sua **citação por edital**. Diego não compareceu ao processo nem constituiu advogado. Com base no **art. 366 do CPP**, o curso do **processo** e o curso da **prescrição** deverão ser:

**A)** apenas o processo suspenso; a prescrição continua a correr normalmente, pois a inércia do acusado não a interrompe.

**B)** ambos suspensos — o processo e a prescrição — pelo prazo máximo correspondente à pena máxima em abstrato cominada ao crime, após o que retomam o curso.

**C)** ambos suspensos por tempo indeterminado, até que Diego seja localizado e compareça ao processo.

**D)** apenas a prescrição suspensa; o processo prossegue normalmente com a nomeação de defensor dativo.

**E)** nenhuma suspensão, decretando-se a revelia de Diego e prosseguindo o processo com defensor público nomeado.

**78**

A autoridade judiciária de um país estrangeiro solicita ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina a **colheita de depoimento** de uma testemunha residente em Florianópolis, para instrução de processo penal estrangeiro, **sem necessidade de execução de medida coercitiva**. Segundo o **CPP e a legislação de cooperação internacional**, essa medida deverá ser processada via:

- A)** carta rogatória, com necessidade de exequatur do Superior Tribunal de Justiça para ser cumprida no Brasil.
- B)** auxílio direto, por não envolver ato jurisdicional de natureza executória e por dispensar o juízo de delibação pelo STJ.
- C)** extradição instrutória, modalidade prevista no CPP para a transferência temporária de testemunhas.
- D)** carta precatória internacional, modalidade utilizada exclusivamente entre países do MERCOSUL.
- E)** homologação de sentença estrangeira no STJ, por se tratar de ato jurisdicional proveniente de tribunal estrangeiro.

**79**

Matheus e Lucas, autor e vítima de um crime de **lesão corporal leve** (ação penal pública condicionada), celebraram **acordo de composição civil dos danos** durante a audiência preliminar no Juizado Especial Criminal (JECRIM), e o juiz o homologou. De acordo com a **Lei nº 9.099/1995**, a homologação desse acordo implica:

- A)** a suspensão condicional do processo por dois anos, com a imposição de condições ao autor do fato.
- B)** a renúncia ao direito de representação pela vítima, acarretando a extinção da punibilidade do autor do fato.
- C)** a possibilidade de o Ministério Público oferecer imediatamente a transação penal ao autor do fato.
- D)** apenas o ressarcimento civil dos danos, mantendo-se íntegro o direito de representação da vítima para fins penais.
- E)** o perdão judicial do autor, que extingue a punibilidade sem necessidade de representação ou transação penal.

**80**

Fausto foi julgado pelo **Tribunal do Júri** e condenado pelos jurados a **18 anos de reclusão** em regime inicial fechado por homicídio qualificado. De acordo com o **art. 492, I, § 14, do CPP, incluído pela Lei nº 13.964/2019 (Pacote Anticrime)**, e ao atual entendimento dos Tribunais Superiores, o juiz presidente do Júri deverá:

- A)** permitir que Fausto recorra em liberdade, por força do princípio constitucional da presunção de inocência.
- B)** determinar a execução imediata da pena, decretando a prisão de Fausto independentemente do julgamento de recursos, em razão da condenação pelo Tribunal do Júri.
- C)** aguardar o trânsito em julgado para iniciar a execução da pena, pois a presunção de inocência prevalece em qualquer condenação.
- D)** determinar a execução imediata apenas se Fausto não tiver endereço fixo ou passaporte.
- E)** expedir mandado de prisão somente após a confirmação da condenação pelo Tribunal de Justiça em grau de apelação.

## CARTÃO RESPOSTA

1	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	31	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	61	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E
2	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	32	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	62	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E
3	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	33	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	63	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E
4	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	34	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	64	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E
5	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	35	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	65	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E
6	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	36	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	66	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E
7	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	37	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	67	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E
8	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	38	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	68	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E
9	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	39	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	69	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E
10	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	40	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	70	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E
11	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	41	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	71	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E
12	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	42	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	72	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E
13	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	43	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	73	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E
14	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	44	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	74	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E
15	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	45	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	75	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E
16	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	46	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	76	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E
17	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	47	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	77	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E
18	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	48	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	78	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E
19	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	49	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	79	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E
20	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	50	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	80	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E
21	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	51	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E		
22	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	52	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E		
23	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	53	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E		
24	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	54	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E		
25	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	55	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E		
26	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	56	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E		
27	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	57	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E		
28	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	58	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E		
29	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	59	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E		
30	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E	60	<input type="radio"/> A <input type="radio"/> B <input type="radio"/> C <input type="radio"/> D <input type="radio"/> E		